

**A VERDADE**  
**SOBRE AS FINANÇAS**  
**DA PREFEITURA DE**  
**PORTO ALEGRE**

 **idea**

*“A maior parte da sabedoria econômica convencional que prevalece nos círculos financeiros, largamente subscrita como base para a formulação de políticas de governo e amplamente aceita pela mídia e o público, está baseada em análises incompletas, hipóteses contra-factuais e falsas analogias”.*

William Vickrey, Nobel de Economia em 1996, em *Fifteen Fatal Fallacies of Financial Fundamentalism* [Quinze falácias fatais do fundamentalismo financeiro].



## A razão deste estudo

***Não é aceitável que políticas que fracassaram em todas as partes do mundo sejam agora impostas ao povo de Porto Alegre com base em argumentos oficiais disparatados da realidade.***

*Este estudo foi realizado com o objetivo de propiciar o conhecimento da verdade sobre as finanças da Prefeitura para subsidiar a discussão acerca de alternativas para o desenvolvimento de Porto Alegre com justiça, democracia, diálogo, respeito, direitos de cidadania e, sobretudo, com verdade.*

*Não é aceitável que políticas que fracassaram em todas as partes do mundo sejam agora impostas ao povo de Porto Alegre com base em argumentos oficiais disparatados da realidade.*

*Uma conjugação de fatores virtuosos da PMPA, que estão exaustivamente expostos neste trabalho – como [i] o cenário de superávits orçamentários, [ii] a trajetória de equacionamento das contas previdenciárias iniciada a partir da criação do PREVIMPA em 2002, e [iii] o espaço para captação de créditos para financiar o desenvolvimento, dentre outros – evidencia o potencial de escolha de outro modelo de gestão fiscal e financeira que não as políticas ultraliberais e austericidas que, se continuarem sendo impostas, trarão efeitos desastrosos para o Município.*

*Os dados aqui expostos foram obtidos nas seguintes fontes: Portal de Transparência*

*do Município de Porto Alegre, Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre [PREVIMPA], Fundação de Economia e Estatística do RS, Tribunal de Contas do Estado [TCE], Secretaria Nacional de Previdência do Governo Federal, IBGE e OCDE.*

*Todos valores apresentados nas tabelas e gráficos foram atualizados monetariamente pelo IPCA até 31 de dezembro de 2019.*

*Os dados orçamentários relativos aos anos de 2004 a 2018 constam nos Balanços das Finanças Públicas correspondentes a cada exercício financeiro. Em relação ao exercício de 2019, os dados apurados foram obtidos no Sistema de Despesa Orçamentária da Secretaria Municipal da Fazenda [SDO/SMF], uma vez que o Balanço das Finanças Públicas de 2019 não foi publicado até a data.*

*Porto Alegre, fevereiro de 2020.*

**A VERDADE SOBRE  
AS FINANÇAS DA  
PREFEITURA DE  
PORTO ALEGRE**

## O déficit de verdade do governo de Porto Alegre

Um enorme *déficit* de verdade ofusca o debate sobre a real situação das finanças da Prefeitura de Porto Alegre [PMPA].

Dados, informações e argumentos falaciosos difundidos pelo governo Marchezan Júnior são replicados automaticamente pelos órgãos de imprensa como verdades incontestáveis.

Nesta época de *fake news* fabricadas em escala industrial, as mentiras repetidas mil vezes e as versões manipuladas da verdade possuem mais valor que demonstrativos e documentos oficiais.

Como se comprovará neste trabalho, nos últimos 16 anos – de 2004 a 2019 – a Prefeitura de Porto Alegre teve **déficit orçamentário em apenas 3 deles**: em 2004, 2012 e 2013.

**Nos demais 14 anos, ou seja, em 88% de todo este período de tempo, a Prefeitura sempre teve superávits orçamentários.**

A despeito dessa realidade, contudo, o prefeito **Marchezan Júnior repete como um mantra** que a Prefeitura está em profunda crise financeira; que a cidade está submersa num caos financeiro.

Apesar de todas as evidências em contrário, o prefeito insiste em alardear que *“Faz mais de 20 anos que Porto Alegre não paga suas contas em dia”*.

## Simulacro de crise

Segundo levantamento do IBGE, o **PIB de Porto Alegre cresceu 35,5%** entre 2006 e 2015.

Entre 2004 e 2019, as **receitas totais cresceram 58,15%**, ao passo que as **despesas totais cresceram 39,37%** em termos reais. Em todo este período, **as despesas de pessoal sempre ficaram situadas bem abaixo do limite** definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF].

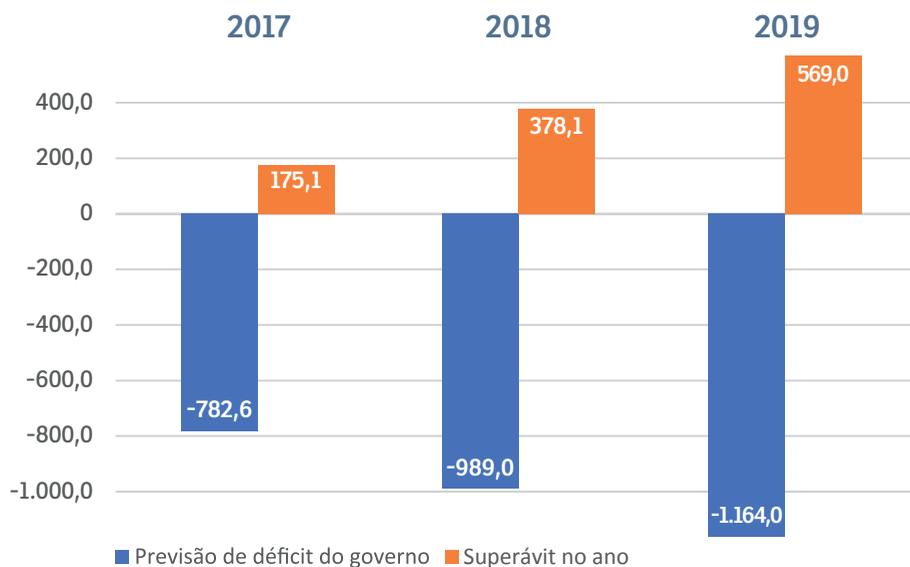
Com a criação do PREVIMPA em 2002, **o sistema de aposentadorias e pensões do Município entrou em trajetória de equilíbrio e sustentabilidade.**

E, além de todos estes aspectos virtuosos que contradizem a **retórica do caos inventado**, o nível de **endividamento da PMPA é baixíssimo**, consumindo menos de R\$ 200 milhões por ano em amortização – ao redor de 2,4% do orçamento anual.

O **discurso da crise e do caos foi, portanto, injustificável e insustentável.** Na realidade, o prefeito Marchezan Júnior engendrou este discurso nos 2 anos e meio iniciais do seu mandato **para criar um simulacro de crise.**

O prefeito, aliás, agiu como um **profeta do caos.** Ao início de cada ano do seu governo, ao invés de gerar esperança e confiança no povo, o prefeito profetizava *déficits* que ao final de cada exercício financeiro não se confirmaram, porque a Prefeitura obteve *superávits*, conforme se vê:

### Profecias de déficits do governo e resultados *superavitários* [em milhões, valores atualizados]



## Simulacro de crise é álibi para a destruição ultraliberal

Com o **simulacro de crise**, o prefeito legitimou os ataques ao funcionalismo, implementou políticas de desmonte e privatização do patrimônio e dos serviços públicos, promoveu a terceirização radical de serviços, suprimiu direitos sociais e abandonou a cidade e a cidadania.

Nestes 3 anos, o governo sacrificou os funcionários com arrocho, dano à carreira e parcelamento dos salários; deixou a cidade abandonada, suja, mal cuidada e alagada; as ruas esburacadas, as praças descuidadas, as obras atrasadas e a população desassistida. Sem falar do abandono das pessoas pobres e em situação de rua, que ficaram relegadas à própria sorte, e da diminuição de gastos no SUS e na educação.

Agora, em ano véspera de eleição, num passe de mágica o prefeito diz que a “estrutural” crise financeira “de mais de 20 anos da Prefeitura”, que foi inventada por ele mesmo, agora “acabou”!

**O discurso triunfalista do prefeito, replicado pela imprensa agraciada na farra de propaganda eleitoral com dinheiro público, é acompanhado de perceptíveis medidas cosméticas na cidade, de viés nitidamente eleitoral.**

Como nunca em todos anos anteriores da atual Administração, agora se vê ajardinamento dos parques e praças; capina, varrição e pintura das ruas; criação de faixas para ônibus; recuperação de asfalto; melhoria na sinalização, iluminação etc.

O governo explica o “fim” desta suposta crise como resultado, principalmente, de 2 medidas. A primeira delas, a mudança da carreira dos servidores públicos, com a qual estima reduzir em R\$ 20 milhões por ano as despesas com pessoal; e a segunda medida, o aumento do IPTU, com a qual o governo estima aumentar em R\$ 65 milhões a receita em 2020.

Nada mais falacioso que sustentar que uma crise da magnitude inventada pelo prefeito seja superada com uma economia anual de R\$ 85 milhões ante um orçamento de mais de 8 bilhões de reais.

## Marchezan Júnior faz de Porto Alegre um laboratório de experiências ultraliberais

Marchezan Júnior coloca os interesses privados acima da comunidade e do interesse comum. Na visão do prefeito, **Porto Alegre deve ser um paraíso para a acumulação privada de lucros mediante a exploração empresarial de serviços públicos essenciais.**

É uma **visão privatista radical que mercantiliza e monetiza todas dimensões da vida humana** – desde os direitos sociais, mas inclusive os direitos humanos básicos. Por esta ótica, munícipes deixam de ser portadores/as de direitos e titulares de políticas públicas, e são tratados como meros consumidores condenados a comprar aquilo que, pela Constituição Brasileira, seriam seus direitos.

Porto Alegre está sendo usada como **laboratório para o desenvolvimento de experiências ultraliberais** em todas dimensões, repetindo experimentos fracassados em todo o mundo.

O governo sucateia a capacidade de atuação da **Prefeitura** na execução e regulação dos serviços públicos para reposicionar a atuação estatal como mera **agenciadora bancária da transferência dos recursos públicos para grupos econômicos – tanto nacionais com o estrangeiros..** A Prefeitura foi transformada em fonte de transferência, para a acumulação privada, dos impostos arrecadados da imensa maioria dos/as habitantes da cidade.

Essas escolhas equivocadas colocam Porto Alegre na contramão das tendências mundiais modernas e dos valores civilizatórios.

Enquanto Paris, Berlim e dezenas de cidades de 33 países do mundo reverteram a privatização e re-estatizaram os serviços de abastecimento d'água e de saneamento que haviam sido privatizados durante a êxtase neoliberal dos anos 1990, Marchezan Júnior se uniu ao BNDES de Bolsonaro **para preparar a privatização do DMAE**, uma

empresa pública superavitária, sustentável e eficiente que assegura água de qualidade e de baixo custo à população.

No mundo inteiro gestores inovadores implantam sistemas de transporte público de qualidade e investem em alternativas sustentáveis e eficientes de locomoção humana; mas em Porto Alegre o prefeito se empenha em **dilapidar a Carris para privatizá-la** – empresa que no passado recente foi premiada como exemplo internacional a ser seguido.

Em todas as partes do planeta, gestores modernos preocupam-se em ampliar e qualificar espaços públicos para entretenimento, lazer, cultura e convivência democrática. Em Porto Alegre, o governo tucano promove **a transferência da administração de praças e parques à iniciativa privada**, que poderá explorar financeiramente o uso destes espaços hoje usados de modo gratuito pela população.

O Hospital de Pronto Socorro, que desde o ano 1898 do século 19 foi gerido por governos de diferentes matizes que aportaram permanentemente investimentos que o tornaram uma referência na América Latina, agora **é ameaçado de ter sua administração transferida ao setor privado**.

O SUS também não escapa do cardápio de experimentos regressivos. Porto Alegre é a experiência piloto para introduzir no SUS um sistema industrial de atendimento em detrimento do cuidado integral e humanizado das pessoas.

Ao mesmo tempo, a **execução e gerência dos serviços básicos de saúde serão transferidas para a iniciativa privada**. Se este modelo não for evitado, Porto Alegre ficará ameaçada de viver a realidade de **corrupção, ineficiência e barbárie que ocorre na cidade do Rio de Janeiro** desde que a saúde foi transferida para organizações sociais.

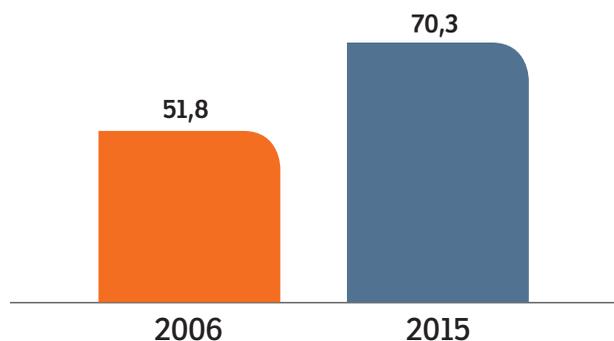
# A VERDADE SOBRE AS FINANÇAS EM NÚMÉROS

## PIB cresce

O PIB de Porto Alegre **creceu 35,6% em termos reais, entre 2006 e 2015** – taxa média de 3,1% de crescimento anual. Passou de R\$ **51,8 bilhões em 2006 para R\$ 70,3 bilhões em 2015** [FEE].

De acordo com o IBGE, o **PIB da capital gaúcha** está no topo das cidades brasileiras. Em 2016, se situava dentre os **7 maiores de todas as cidades brasileiras** e o 6º dentre as capitais de Estado.

Crescimento do PIB de POA - 2006/2015  
[em bilhões, a valores de 31/12/2019]



## Receitas crescem mais que despesas

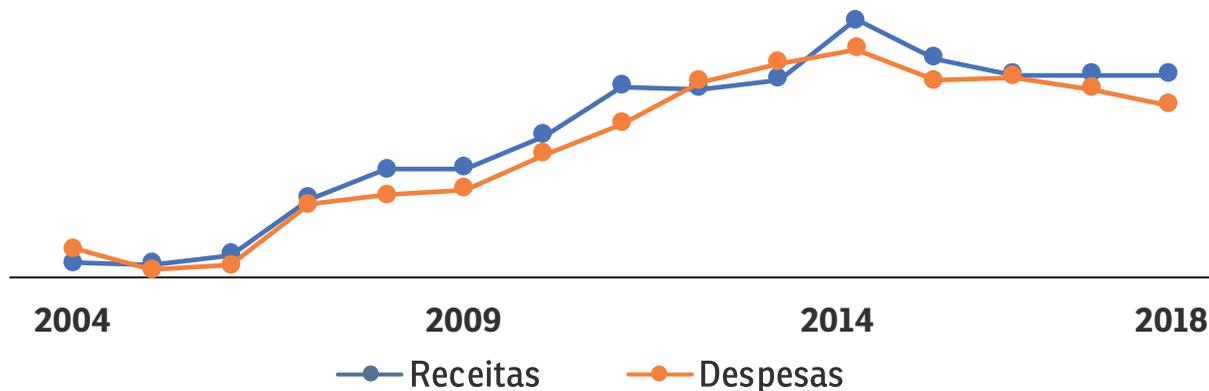
A relação entre as receitas totais e as despesas totais da PMPA é historicamente equilibrada, com *superávits* sucessivos; à exceção, apenas, de 3 exercícios financeiros em 16 anos. Entre 2004 e 2019, as **receitas totais cresceram 58,15%**, enquanto as **despesas totais cresceram 39,37%**.

### Crescimento das receitas e despesas

Ano	Receitas totais	Despesas totais
2004	4.275,8	4.443,6
2019	6.762,0	6.193,0
Varição %	58,15	39,37

Em milhões, a valores de 31/12/2019

### Comportamento das receitas e despesas totais da PMPA - 2004 a 2019



## Superávits acumulados

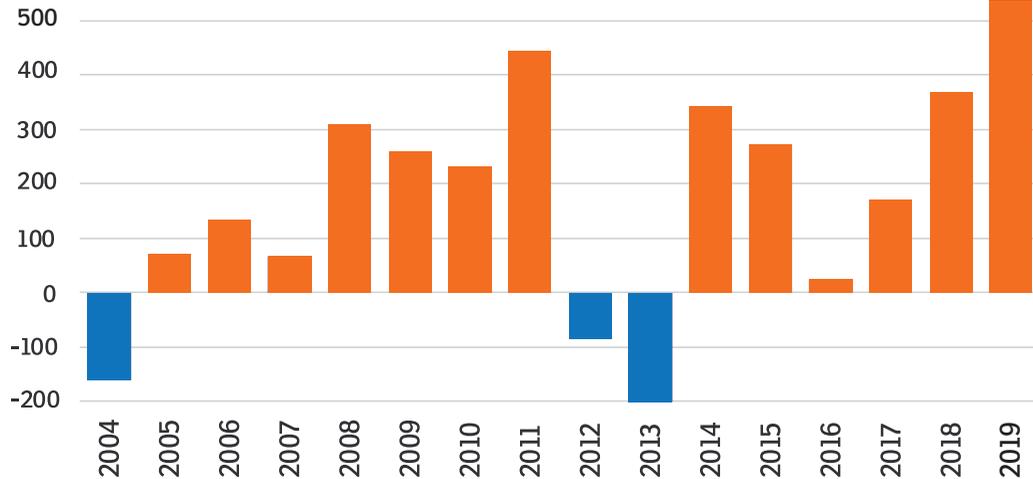
Nos últimos 16 anos, a Prefeitura **só não teve superávit nos anos de 2004, 2012 e 2013**, conforme quadro e gráfico adiante:

### Receitas totais, despesas totais e resultados orçamentários da PMPA 2004 a 2019 [em R\$ milhões, a valores de 31/12/2019]

Ano	Receitas totais [em R\$ bilhões]	Despesas totais [em R\$ bilhões]	Resultado orçamentário [em R\$ milhões]
2004	4.276,05	4.443,93	-167,87
2005	4.255,61	4.182,02	73,58
2006	4.378,58	4.242,33	136,25
2007	5.075,96	5.006,91	69,04
2008	5.439,05	5.120,03	319,03
2009	5.469,03	5.201,41	267,61
2010	5.864,93	5.625,34	239,59
2011	6.464,41	6.005,33	459,08
2012	6.438,08	6.526,34	-88,25
2013	6.560,48	6.768,38	-207,90
2014	7.295,74	6.941,90	353,84
2015	6.819,39	6.540,79	278,60
2016	6.612,44	6.589,01	23,43
2017	6.616,97	6.441,90	175,07
2018	6.620,91	6.242,78	378,13
2019	6.762,00	6.193,00	569,00

Fonte: PMPA, Balanços das Finanças e SDO/SMF

## Resultados orçamentários - 2004 a 2019 [em milhões, a valores de 31/12/2019]



Apesar dos *superávits* em todos anos do seu governo, em 2018 e 2019 o prefeito contraiu empréstimo bancário para pagar o 13º salário, gerando custo financeiro desnecessário para os cofres municipais.

## Despesas de pessoal equilibradas

As **despesas de pessoal da PMPA estão equilibradas**; encontram-se bem abaixo do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF], que é de 54% da Receita Corrente Líquida [RCL].

Essa realidade é observada em todos 16 exercícios financeiros considerados. Em 2019, o governo Marchezan obteve o menor índice durante seu mandato, o que pode ser explicado pelo arrocho salarial promovido e devido à compressão do quadro de pessoal sem reposição de aposentadorias, o que é fonte geradora de *déficit* atuarial do sistema de aposentadorias e pensões da Prefeitura.

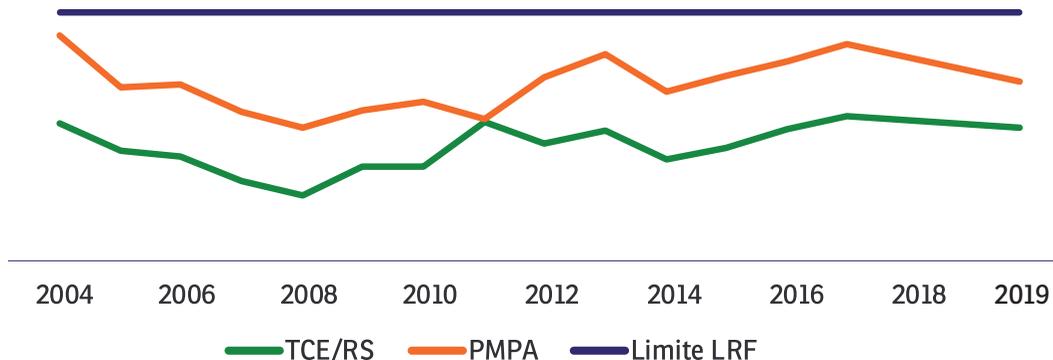
De acordo com o TCE/RS, o **comprometimento da RCL com o pagamento de pessoal é ainda menor que o alegado pela PMPA**, conforme demonstrado na tabela e gráfico a seguir:

### % de comprometimento da RCL com pagamento de pessoal 2004 a 2019

Ano	TCE/RS	PMPA	Limite LRF	Ano	TCE/RS	PMPA	Limite LRF
2004	43,1	51,7	54	2012	41,2	47,6	54
2005	40,4	46,6	54	2013	42,5	49,9	54
2006	39,9	47,0	54	2014	39,6	46,2	54
2007	37,5	44,2	54	2015	40,7	47,8	54
2008	36,0	42,7	54	2016	42,5	49,2	54
2009	38,9	44,4	54	2017	43,9	50,9	54
2010	38,9	45,2	54	2018	43,0	48,6	54
2011	43,2	43,6	54	2019	ñ disp.	46,2	54

Fonte: TCE/RS e PMPA

### % de comprometimento da RCL com pagamento de pessoal - 2004 a 2018



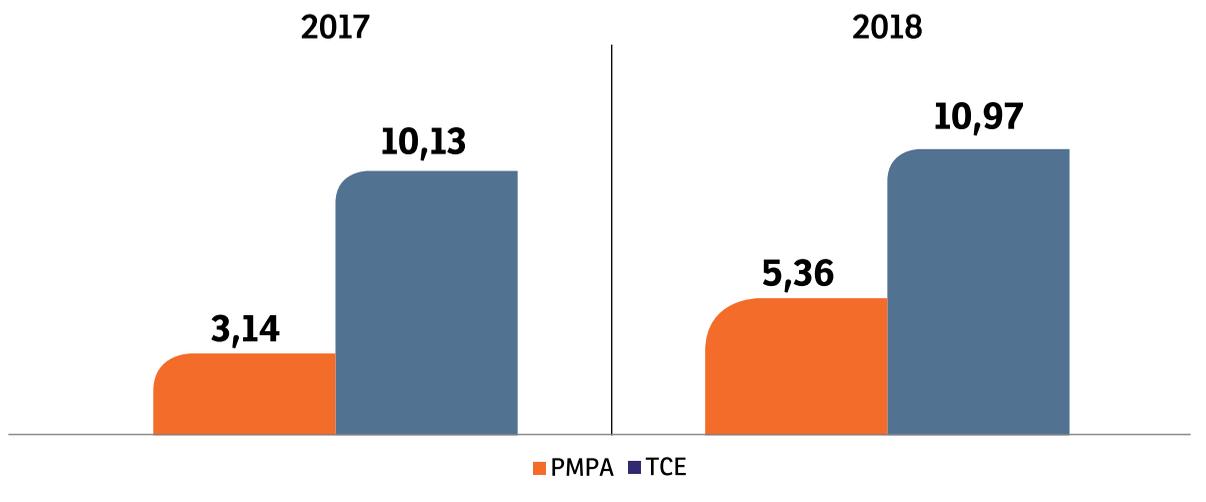
## Decisão de arrochar e parcelar salários foi política, não técnica

Em vista da realidade de **equilíbrio estrutural das finanças da PMPA, desde a vigência da nova Constituição todos governantes da Capital que precederam o atual prefeito repuseram perdas inflacionárias**. Marchezan Júnior, que promove arrocho salarial mesmo com dinheiro em caixa, é a única exceção a esse padrão histórico.

Considerando-se a saúde financeira da Prefeitura, é **injustificável a não reposição das perdas inflacionárias do funcionalismo**, como determina a Lei Orgânica do Município.

Nos anos de 2017 e 2018, nos quais o prefeito parcelou salários e descumpriu a Lei Orgânica ao não atualizar monetariamente os salários, a PMPA tinha espaço para repor as perdas inflacionárias em até 3,14% e 5,36%, respectivamente. **De acordo com o TCE, porém, o espaço para recuperação salarial seria maior; respectivamente de 10,13% em 2017 e de 10,97% em 2018**, conforme gráfico:

Espaço para reposição salarial em relação ao limite da LRF  
[em % de aumento possível, segundo TCE e PMPA]



## Porto Alegre é a 3ª capital com menos funcionários públicos

A estrutura de pessoal da PMPA é a 3ª mais enxuta dentre todas as capitais brasileiras, com **11,7 funcionários municipais a cada 1.000 habitantes**, conforme tabela do IBGE:

### Ranking de funcionários públicos municipais das 26 capitais de Estado [por 1.000 habitantes]

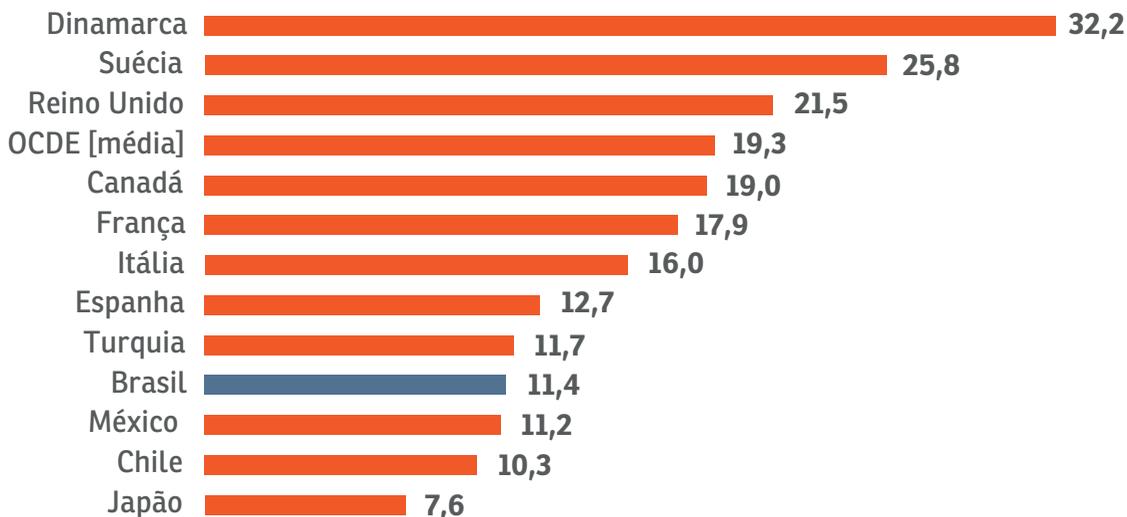
UF	Município	Func. públicos municipais	População	Func. públicos / 1.000 habitantes	Posição
BA	Salvador	22.162	2.675.656	8,3	1º
AC	Rio Branco	3.912	336.038	11,6	2º
RS	Porto Alegre	16.538	1.409.351	11,7	3º
SP	São Paulo	133.161	11.253.503	11,8	4º
CE	Fortaleza	29.070	2.452.185	11,9	5º
PA	Belém	16.731	1.393.399	12,0	6º
AM	Manaus	23.099	1.802.014	12,8	7º
PE	Recife	20.030	1.537.704	13,0	8º
MA	São Luís	13.700	1.014.837	13,5	9º
SE	Aracaju	7.755	571.149	13,6	10º
AL	Maceió	13.102	932.748	14,0	11º
MG	Belo Horizonte	34.129	2.375.151	14,4	12º
PB	João Pessoa	10.700	723.515	14,8	13º
RN	Natal	12.031	803.739	15,0	14º
RJ	Rio de Janeiro	96.388	6.320.446	15,3	15º
SC	Florianópolis	7.627	421.240	18,1	16º
PR	Curitiba	31.816	1.751.907	18,2	17º
MT	Cuiabá	10.396	551.098	18,9	18º
PI	Teresina	15.799	814.230	19,4	19º
MS	Campo Grande	16.271	786.797	20,7	20º
RR	Boa Vista	6.005	284.313	21,1	21º
GO	Goiânia	29.730	1.302.001	22,8	22º
RO	Porto Velho	12.378	428.527	28,9	23º
ES	Vitória	9.555	327.801	29,1	24º
AP	Macapá	11.704	369.287	31,7	25º
TO	Palmas	7.979	228.332	34,9	26º

Fonte: IBGE - funcionários de capitais em 2016 e população segundo Censo Demográfico de 2010

O discurso de excesso de funcionários públicos da PMPA, portanto, não tem amparo na realidade.

Países desenvolvidos como Dinamarca, Suíça, Reino Unido, França, Canadá e outros da OCDE, ostentam uma **proporção de funcionários públicos em relação à força de trabalho total muito mais elevada que o Brasil**, como evidenciado no quadro da OCDE:

### Percentual de servidores em relação à força de trabalho total



Fonte: OCDE. Considera todas as esferas e níveis de governo, incluindo empresas públicas.

## Previdência equilibrada e em trajetória de sustentabilidade

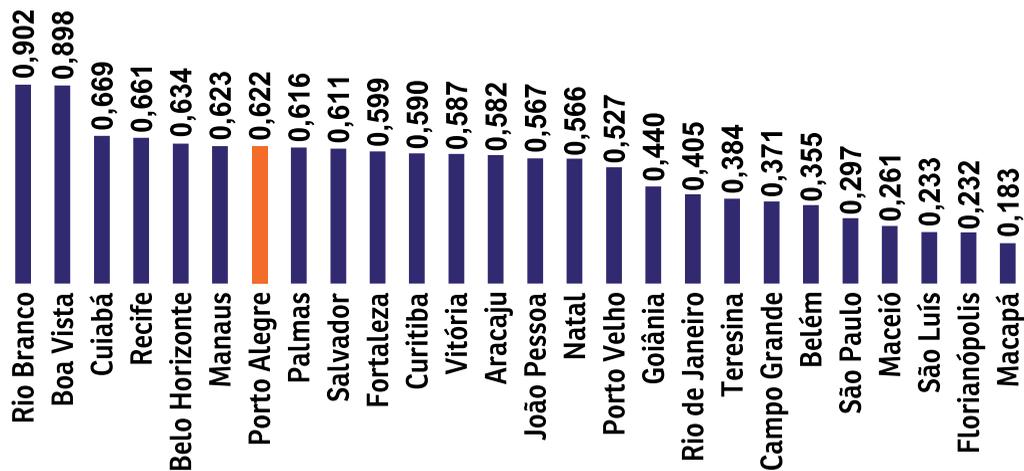
O exame da questão previdenciária é incompatível com análises imediatistas que levam em conta o curtíssimo prazo. A Previdência deve ser analisada desde o ponto de vista atuarial, de médio e longo prazo.

As aposentadorias e pensões do Município são cobertas pelo [i] **regime de repartição simples**, para funcionários ingressantes até 9 de setembro de 2001, e pelo [ii] **PREVIMPA**, que abarca funcionários que ingressaram na PMPA depois 10 de setembro de 2001.

Diferentemente da maioria dos demais entes públicos do país, Porto Alegre se antecipou na equação do desafio previdenciário quando criou o PREVIMPA, em 2002. Com isso a **PMPA passará a colher, já nos próximos anos, os bons frutos do equilíbrio das contas previdenciárias.**

Segundo demonstrativo da Secretaria Nacional de Previdência do Governo Federal, que controla os Regimes Próprios de Previdência Social no país, o PREVIMPA tem a 7ª melhor situação dentre as capitais brasileiras:

### Indicador de Situação Previdenciária [ISP] 2018 - PREVIMPA e demais capitais



A política de pessoal desenvolvida pela atual Administração, todavia, de contratações temporárias e de terceirização das atividades essenciais ao invés da nomeação de funcionários concursados, acarreta prejuízos ao PREVIMPA, uma vez que diminui a base contributiva e gera *déficit* atuarial.

**Caso esta política de terceirizações não seja revisada, os fundamentos atuariais do PREVIMPA ficarão abalados, e a saúde financeira da Autarquia ficará seriamente abalada.**

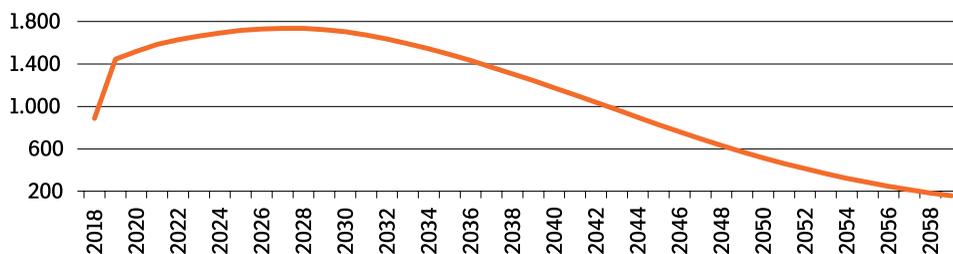
## Realidade do regime de repartição simples

O regime de repartição simples, que **representa uma dívida do município para com os servidores estatutários**, concursados anteriormente à definição da política previdenciária do setor público, exige desembolso de recursos anualmente, pois não houve reserva do Município para a garantia de cumprimento desta obrigação constitucional.

A projeção atuarial aponta um crescimento nos aportes do Tesouro para este regime até 2027. Cabe salientar, contudo, que este ritmo teve uma aceleração em função da instabilidade gerada pelos anúncios constantes de alterações na política previdenciária nacional, com repercussão em todas as esferas.

Após 2027, ou seja, **no máximo em 7 anos, os aportes decrescem gradativamente**, conforme demonstrado a seguir:

Regime de Repartição Simples - aportes do Tesouro [em milhões]



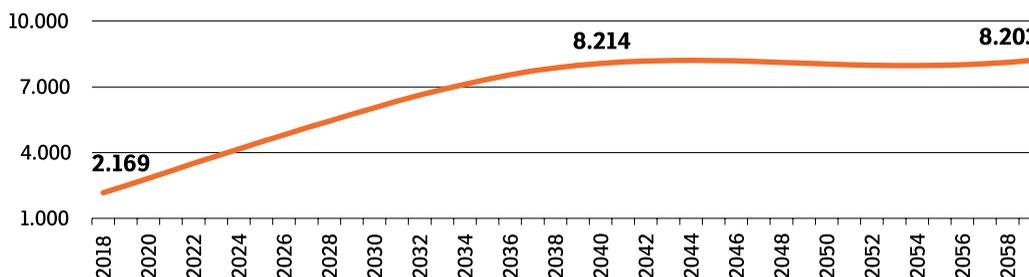
## Realidade do PREVIMPA

A avaliação atuarial e a situação financeira do PREVIMPA comprovam a estabilidade do plano. Criado em 2002, o PREVIMPA responde pela proteção previdenciária de mais de 7.000 servidores ativos da PMPA.

O PREVIMPA tem hoje um **patrimônio financeiro de R\$ 2,169 bilhões**. A projeção atuarial aponta que no ano de 2044 o **saldo financeiro do PREVIMPA será de R\$ 8,21 bilhões**, em valores atuais, e permanecerá nesse patamar pela década seguinte.

Por outro lado, o *déficit* atuarial, que indica a capacidade presente de fazer frente aos compromissos de longo prazo, vem sendo amortizado anualmente, e em 2040 estará totalmente equacionado. Isso significa que não serão necessários aportes do Tesouro em nenhum momento – nem no presente, nem no futuro – para cobrir as obrigações previdenciárias do PREVIMPA.

Evolução do saldo financeiro do PREVIMPA [em milhões]



## Baixíssimo endividamento da PMPA

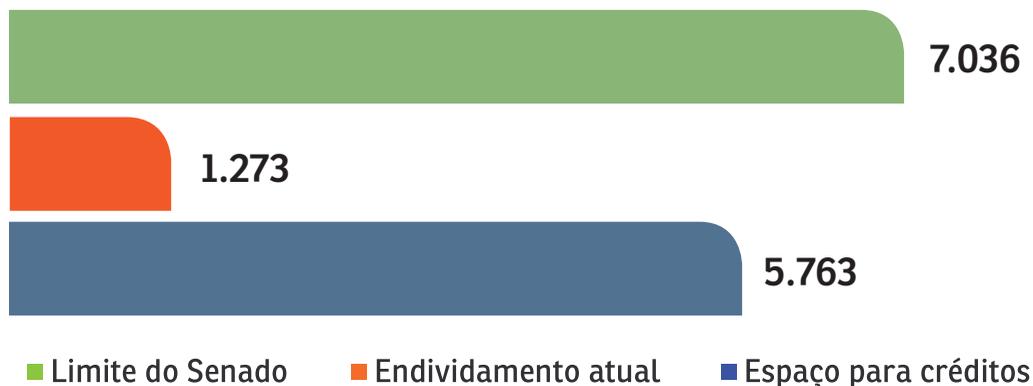
Em 2018 a dívida consolidada líquida de Porto Alegre era de apenas R\$ 1,27 bilhão em valores atualizados até 31.12.2019, e o dispêndio anual com amortização e juros encontra-se num patamar confortável para as finanças municipais: menos de R\$ 200 milhões ao ano, menos de 2,4% do orçamento total.

Resolução do Senado Federal permite que a PMPA contraia até R\$ 7,03 bilhões em créditos [a valores de 31.12.2019], que **significam até 5,76 de reais a mais que o atual nível de endividamento.**

Com isso, o governo municipal tem **espaço equivalente a praticamente um orçamento anual para captar créditos** para custear programas e executar investimentos e obras prioritárias para a cidade pelos próximos anos a custos financeiros manejáveis.

O acesso ao **crédito é um dispositivo estratégico de gestão financeira no cenário de transição para o equilíbrio fiscal e financeiro e de maturação do sistema de aposentadorias e pensões do Município.** É, também, um dispositivo relevante para viabilizar um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento da cidade.

### Dívida líquida consolidada e espaço para novos créditos [em milhões]



Como anunciamos na “razão deste estudo” exposta nas páginas iniciais desta revista, a conjugação de fatores virtuosos da PMPA, documentalmente comprovados neste trabalho, demonstram o potencial para a escolha de outro modelo de gestão fiscal e financeira que não as políticas ultraliberais e austericidas do atual Prefeito Marchezan Júnior.

Políticas que, se continuarem sendo impostas, trarão efeitos desastrosos para o Município.

Porto Alegre é uma cidade com uma longa tradição de construção da cidadania com a participação do povo nas deliberações sobre os destinos da cidade.

As condições para um outro modelo de desenvolvimento estão demonstradas – cabe à maioria da população da cidade recuperar seu protagonismo para a construção dos novos rumos, tendo a verdade como um critério essencial à democracia!

Realização: **idea** - instituto de debates, estudos e alternativas de porto alegre

Contato: [ideaportoalegre@gmail.com](mailto:ideaportoalegre@gmail.com)

Projeto gráfico e diagramação: Patativa Letra e Arte

REALIZAÇÃO

 **idea**

**instituto de debates, estudos  
e alternativas de porto alegre**

APOIO

